

# Discursos inclusivos que perpetuam práticas excludentes

Maria Eduarda Gonçalves Moura <sup>1</sup>

## Introdução

A sociedade contemporânea em todo o mundo é caracterizada pela sua escolarização. No Brasil, o direito à educação escolar foi estabelecido a partir da Constituição Federal de 1988, no artigo 205, que declara o acesso à escola como um direito de todo cidadão e uma responsabilidade do Estado e da família. Assim, a frequência escolar tornou-se compulsória, uma exigência legal. Esse sistema educacional obrigatório é visto como essencial para preparar a sociedade para o exercício pleno da cidadania e para qualificar sua força de trabalho.

Em contrapartida, é possível perceber que a previsão legal opõe-se à realidade no Brasil, visto que o acesso às escolas torna-se cada vez mais abstruso. O ensino público, em muitas regiões, é insuficiente e precário, situação que compromete o desenvolvimento escolar dos alunos. Percebe-se que nem todos possuem acesso à educação e que esse direito é elitizado.

Sobre a educação escolar, no livro *Sociedade sem escola*, Ivan Illich (1985) destaca que a escolarização obrigatória e igualitária não é realizada. Para ele, a escolarização obrigatória polariza uma sociedade e hierarquiza as nações do mundo, é capitalizada. Para Paulo Freire, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes” (2005, p.7).

A educação inclusiva, por sua vez, quando voltada a crianças com deficiência<sup>2</sup>, é um desafio para os profissionais de educação e, muitas vezes, é negada em razão de despreparo profissional. A escola como instituição que deveria oferecer estrutura e condições necessárias para o desenvolvimento escolar infantil de crianças cujo desenvolvimento é atípico negligencia esse fato e revela um processo histórico no qual o “deficiente” é marcado pelo processo de exclusão. Constata-se que, no discurso

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília/UniCeub. Pesquisa realizada na disciplina Estágio Básico II em 2023 sob orientação da Profa. Ingrid Lilian Fuhr

<sup>2</sup> Cabe destacar que, segundo a Organização Mundial de Saúde, “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. A conferir em: [www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia](http://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia)

sobre a inclusão, muitas vezes perpetuam-se os mecanismos segregadores que excluem as crianças dentro da própria instituição que se diz inclusiva.

Conforme Nilza Tessaro (2008), é desafio da educação escolar a promoção de escolarização direcionada a todo cidadão, independentemente de suas particularidades. Em sua pesquisa acerca da implantação da proposta de inclusão escolar em escolas públicas, revelou-se que 76,9% das escolas particulares que participaram do estudo não possuem estrutura e preparo para uma educação inclusiva e que não são capacitadas para trabalhar com alunos que possuem necessidades educativas especiais. A falta de investimentos para a capacitação, valorização de professores e para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos alunos retrata algumas das dificuldades enfrentadas no sistema educacional.

Pensar em educação inclusiva é imaginar uma escola acessível a todos, com profissionais preparados, com qualidade de ensino e respeito à diversidade e a toda forma de ser. Logo, todo ato de inclusão deveria favorecer a ampliação de horizontes e promover uma educação formal não excludente a todos os alunos no processo de aprendizagem escolar, bem como o respeito à condição humana e a todas suas diferenças, reconhecendo limitações e necessidades.

Omote (1994) e Amaral (1994) destacam que a noção de deficiência decorre de uma leitura social e, portanto, se constitui de um fenômeno social que tem situações de exclusão como consequência, que é a negação do outro que não corresponde às expectativas sociais. Dessa forma, o que determina a deficiência não é o defeito em si mas o impacto social provocado pela presença do defeito.

Em termos históricos, vale destacar a ação de movimentos internacionais que buscam promover a educação inclusiva, uma ideia fortalecida no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando soldados feridos, então rotulados como "deficientes", retornaram dos conflitos com limitações. Durante esse período, houve uma busca interdisciplinar para reabilitar esses soldados, possibilitando seu retorno à produção. Como resultado, destacaram-se a capacidade e o potencial das pessoas anteriormente consideradas como "deficientes", o que significou uma resposta positiva.

Com o decorrer do tempo, a ação de inclusão estendeu-se por diversas regiões até a década de oitenta. Com alto índice de garantia dos direitos sociais, o ano de 1981 foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o ano internacional das pessoas com deficiência. Já em 1994, aconteceu a promulgação da

Declaração de Salamanca em um encontro com a ONU, momento em que a educação inclusiva começou a ganhar força. Essa Declaração apresenta princípios inclusivos, entre eles o de que as escolas representam um local para se combater atitudes de discriminação e criar ambientes acolhedores e propiciar educação a todos. A declaração de Salamanca esclarece que é dever da escola atender às necessidades dos educandos.

Somando à Declaração de Salamanca, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146, de julho de 2015, mostra que:

A deficiência é compreendida como resultado da interação entre impedimentos, que são condições presentes nas funções e estruturas do corpo, e barreiras que podem ser urbanísticas, arquitetônicas, barreiras nos transportes, comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas. Assim, a deficiência é compreendida pela experiência de obstrução do gozo pleno e efetivo na sociedade em igualdade de condições.

Os alunos que necessitam de uma educação especial e inclusiva enfrentam diversos desafios rotineiramente. A falta de experiência e preparo dos profissionais, a exclusão em atividades, a falta de apoio e a situação socioeconômica são exemplos desses desafios que inviabilizam a inclusão e o bom desenvolvimento desses alunos.

Segundo Nuernberg (2008) o processo de ensino-aprendizagem é constituído dentro de interações em contextos sociais. O autor, inspirado nas ideias de Vigotski, destaca:

Quando imaginamos uma sala de aula em um processo interativo, estamos acreditando que todos terão possibilidade de falar, levantar suas hipóteses e, nas negociações, chegar a conclusões que ajudem o aluno a se perceber parte de um processo dinâmico de construção (p.98)

Dessa forma, uma vez que o profissional não possui um preparo e ensino específico, a interação é inviabilizada, na medida em que não há trocas constantes com o ambiente.

Cavalcante (2004) mostra, através de relatos e depoimentos escolares, que o preconceito com crianças com deficiência impede o acolhimento, reprimindo o encontro autêntico e inviabilizando a inclusão escolar. O deficiente é socialmente visto como incapaz e menos inteligente, gerando práticas excludentes em um país teoricamente inclusivo. Diante do exposto, de que modo o discurso de inclusão perpetua práticas excludentes?

Considerando os dados e análises ora apresentados, é possível supor que o discurso de inclusão propaga práticas excludentes em ambientes escolares. Com a má estrutura das instituições escolares, o despreparo dos profissionais dessas instituições, o modelo conteudista das escolas, a padronização do desenvolvimento escolar infantil e a falta de investimento em cursos profissionalizantes cria-se uma disparidade entre a realidade vivida por crianças deficientes e o ideal proposto pela lei e pelo discurso inclusivo do estado. Tendo em vista o exposto, este trabalho visa examinar de que modo o discurso de inclusão perpetua práticas excludentes.

### **Fundamentação teórica**

A Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência/LBI, de 2015, assenta normas gerais e critérios básicos que fomentam a acessibilidade de deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida, assegurando a garantia do direito de ir e vir com total autonomia. A lei deixa claro que quaisquer obstáculos que impeçam ou limitem o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança são denominados de barreiras arquitetônicas que inviabilizam o acesso de pessoas com deficiências; somando a isso, promete assegurar e promover condições de igualdade. As escolas, uma vez que desempenham papel fundamental na sociedade e são consideradas um lugar de acolhimento e inclusão, possuem o dever de garantir os direitos ditados por Lei, suprimindo as necessidades individuais de alunos com deficiências físicas e mentais.

As escolas, conforme a lei, precisam estar preparadas para receber todos os alunos, incluir engloba o acesso e a disponibilidade de espaços físicos adequados para estudantes com deficiências. A acessibilidade é um aspecto da inclusão. Duran e Prado (2006) acrescentam que o acesso se aplica em todos os espaços das escolas, como salas de aula, laboratórios, banheiros, bibliotecas, pátios esportivos e salas de aulas específicas (educação física e informática). Para deficientes visuais, por exemplo, deveria haver sinalização e comunicação em todos os ambientes e piso tátil de alerta.

O estudo Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física, de Jane Mazzarino (2011), apresenta relatos de uma aluna com deficiência visual. Descreve-se o caminho percorrido por ela até a escola e a sua chegada à sala de aula, o que somente se torna possível com a ajuda de sua irmã, uma vez que a escola não possui condições físicas para recebê-la de forma

autônoma. A diretora da escola dessa pesquisa relata: “A questão da acessibilidade na nossa escola é um pouco complicada pela questão das escadas, para ela ir no refeitório, para o recreio, para a Educação Física, enfim, é complicado, pois as escadas acabam dificultando a locomoção dela sozinha”. O relato exposto revela que a escola que se diz inclusiva não segue o imposto por lei, o que resulta em práticas excludentes.

Em relação ao professor, ele tem como responsabilidade ensinar, proporcionar e estimular a busca pelo conhecimento, possibilitar o acesso a informações, instigar a curiosidade e o desejo de aprender coisas novas. Para que ele desempenhe seu papel, é preciso repensar a formação docente. Dentro de uma sociedade supostamente inclusiva, o professor é preparado para ensinar a todos os tipos de aluno? O currículo de Pedagogia no Brasil não abrange a linguagem de sinais e o ensino em braile. O professor, em sua formação, não é ensinado a propagar a educação escolar inclusiva e, mesmo assim, as escolas se dizem inclusivas. (TAVARES, SANTOS e FREITAS, 2016)

Além do professor, os demais profissionais da Educação e todos os funcionários de uma instituição escolar que possuem contato com os alunos precisam de preparo e treinamento para que uma escola seja inclusiva em sua prática, uma vez que esses profissionais também são responsáveis pela formação do indivíduo. É papel da instituição escolar capacitar seus funcionários e tomar medidas mínimas como: curso de libras, instrução de materiais de ensino em Braile e estudo acerca do preconceito.

Omote (1994) e Amaral (1994) apontam que a noção de deficiência decorre de uma leitura social, que constitui um fenômeno social. É importante ressaltar o papel do profissional da instituição escolar, que é responsável por uma educação que deve ser pensada como um todo, para formar o aluno não apenas para o mercado de trabalho, mas também como pessoa. Cabe ao profissional da educação promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem as ideias cotidianas do senso comum e avancem em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem.

Dentro de uma instituição escolar inclusiva, é esperado que o professor esclareça aos demais alunos a realidade da pessoa com necessidades educacionais especiais, que é vista como incapaz, para uma visão pautada nas possibilidades, com o uso de atividades pedagógicas intuindo o respeito às diferenças.

Hodiernamente, o termo “diversidade” tem sido cada vez mais discutido na sociedade. Respeitar a diversidade é respeitar a diferença do outro, seja ela linguística, cultural, econômica, biológica, entre outras. Abranger a diversidade dentro de uma sociedade significa reconhecer o outro e suas particularidades e entender que a humanidade é diversa e que cada ser humano é singular.

Porém, dentro de uma instituição escolar a realidade é diferente. O desenvolvimento escolar infantil é padronizado e rotulado, anula-se a singularidade dos alunos e, muitas vezes, criam-se situações que os impedem de revelar suas verdadeiras potencialidades. Essa padronização de aluno perfeito, socialmente construída como um referencial a ser atingido e conquistado, segundo Elizabeth Tunes (2007, p.21) “gera uma proliferação e legitimação dos mecanismos excludentes, transformando em fracassado o caminho daqueles que, por alguma razão, não conseguiram ser parecidos com o padrão”.

No âmago desse contexto padronizado, os alunos que não atingem o sucesso imposto por instituições e pela sociedade sofrem as consequências desse suposto fracasso. Uma vez que o aluno foge do padrão, ele é considerado uma criança com problemas, com dificuldade de aprendizagem ou com alguma deficiência e sua rotina escolar é afetada pela exclusão. A autora acrescenta que isso expressa a ideia do monopólio radical descrito por Illich, dado que, para atingir o sucesso exigido pela sociedade, existe apenas um caminho e um referencial.

Nesse caso, o problema é o aluno. Quando o processo de escolarização é questionado, a patologização é a solução. O sistema desconsidera a singularidade do aluno. Ocorre então o aumento da medicalização e intensifica-se a emissão de diagnósticos radicais sem o devido acompanhamento.

### **Procedimento Metodológico**

O método utilizado neste projeto de pesquisa é o qualitativo exploratório, visto que toda a compreensão será feita por meio de relatos subjetivos de cada pai e/ou responsável por crianças com deficiência e professor de alunos com deficiência. Assim, faz-se jus ao que Vieira e Zouain (2005) afirmam sobre esse tipo de pesquisa. Para os autores, a pesquisa qualitativa “atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles”. É uma escolha significativa para o projeto, pois essa metodologia permite obter uma visão mais ampla e descritiva do cenário.

A fim de examinar de que modo o discurso de inclusão perpetua práticas excludentes, foram realizadas quatro entrevistas com professoras da rede pública coincidentemente formadas por magistério, sendo elas: Varínia (primeira entrevistada), Maria (segunda entrevistada), Débora (terceira entrevistada) e Laura (quarta entrevistada). Foi também realizada uma entrevista com uma mãe para que fosse possível ver a teoria na prática por meio das experiências das participantes.

Com o intuito de aprofundar o tema de discursos inclusivos que perpetuam práticas excludentes, foi realizado um roteiro de entrevista semiestruturada explorando vivências e interpretações a respeito do contexto pedagógico em instituições escolares supostamente inclusivas. Para isso, foi apresentado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

## **Resultados e discussão**

Com base na coleta de dados, foi possível destacar três temas principais, sendo eles a *concretização da inclusão nas escolas e seus desafios*, a *formação em pedagogia* e o *conceito de inclusão*.

### *Concretização da inclusão nas escolas e seus desafios*

Por meio de análise da fala das professoras entrevistadas, foi possível perceber que a inclusão de crianças com deficiência é garantida apenas em algumas salas e que o grande desafio é que a escola seja inclusiva por inteiro, assim como a primeira professora expõe:

“Esse fazer diferente não dá pra ser solitário. Por mais que você se esforce e naquele ano que você tá em sala de aula e faz a diferença na vida de um aluno, se, no ano seguinte, ele vai para um professor que vai deixar ele de canto, o seu trabalho foi todo em vão. Então é por isso que eu acho que tem que ter uma questão de compromisso do todo, porque senão é uma coisa solitária, que vai morrer, não tem como.” (Varínea)

Esse *desafio* é visto como social, uma vez que a inclusão deveria ser apoiada pelas famílias, escolas e por órgãos políticos, assim como a segunda entrevistada aponta:

“A escola sozinha não consegue, ela precisa de apoios públicos e políticos, dos CRAs e da psicologia, é preciso de um apoio da família e até mesmo da saúde”. (Maria)

Outro desafio identificado é a *estrutura física da escola que é precária e adaptada de forma improvisada*. A primeira professora entrevistada, ao ser questionada sobre a estrutura da escola, comenta que a rampa apresenta buracos, a porta do banheiro teve que ser removida para atender às necessidades de um aluno cadeirante, e a professora teve que recorrer a soluções improvisadas, como o empréstimo de uma maca da igreja que frequentava, para realizar determinados procedimentos:

“Sim, mas de forma bem precária. Se tinha uma rampa, ela estava cheia de buracos. No banheiro a gente teve que tirar a porta por conta de um aluno cadeirante. Tínhamos que trocar a sonda dele e levamos uma maca para realizar esse processo, tudo a gente dava um jeitinho”  
(Varínea)

Essas condições indicam que a escola não oferece uma estrutura física adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiência. A responsabilidade de encontrar soluções e adaptar o ambiente recai sobre os professores, que fazem o possível para garantir a inclusão dos alunos, mesmo com recursos limitados. Dessa forma, a realidade se opõe ao que é previsto pela Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência/LBI, de 2015, uma vez que, como já mencionado, essa lei esclarece que quaisquer obstáculos que impeçam ou limitem o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança são denominados de barreiras arquitetônicas que inviabilizam o acesso de pessoas com deficiências.

Outro desafio encontrado é a *visão externa de que as pessoas com deficiência não são capazes* de realizar determinadas atividades, a forma como o deficiente é visto pela sociedade. A terceira entrevistada declara que

“em geral as pessoas pensam que quem tem algum tipo de deficiência, ela acaba sendo vista como a coitadinha, como quem não consegue acompanhar, que não vai ter sucesso como as outras crianças, que precisa de atalho e, na verdade, ela não precisa de atalhos, ela precisa que entendam quais são os mecanismos necessários para que ela aprenda e construa essa aprendizagem”  
(Débora)

Já a quarta entrevistada acrescenta que

“as pessoas julgam que eles não são capazes de desempenhar, por exemplo, de cantar, namorar, então eu penso que a gente precisa trabalhar a questão de “normalizar” as deficiências”. (Laura)

Percebe-se que a inclusão efetiva requer uma mudança de mentalidade, tanto por parte dos professores quanto da sociedade como um todo, para garantir que todos os alunos sejam considerados capazes e recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento educacional.

### *Formação em pedagogia*

As participantes afirmam que suas *formações em pedagogia* e cursos de educação inclusiva não as prepararam adequadamente para lidar com os alunos com deficiência. Elas ressaltam a falta de cursos presenciais e treinamentos ofertados pelas instituições, indicando a necessidade de uma formação mais abrangente e contínua para os professores lidarem com as diversas demandas fora do padrão escolar. A falta de cursos e recursos adequados para lidar com os alunos com deficiência é mencionada como um obstáculo significativo. As entrevistadas mencionam que a formação em pedagogia é insuficiente para uma educação inclusiva e que muitos professores da rede estão despreparados para a inclusão. A primeira entrevistada confirma a falta de preparo na formação e acrescenta que

“uma professora pega uma turma de primeiro ano sem ser informada que haveria um aluno com deficiência auditiva, o aluno vai entrar e a professora vai ficar perdida na sala porque ela não tem esse suporte. Geralmente os professores correm dessas turmas porque não possuem preparo. Não sei nem pra quem é mais difícil, se é pra professora ou para a criança.”

### *Conceito de inclusão*

A terceira entrevistada destaca que nem todas as turmas na escola são inclusivas e que algumas professoras ainda não possuem a ideia de inclusão necessária para enxergar as potencialidades dos alunos com deficiências. A falta de

compreensão de que a inclusão vai além da adaptação do currículo é mencionada como uma barreira para a educação inclusiva. A mãe entrevistada relata que a maior dificuldade que enfrenta em relação à escolarização de sua filha é o despreparo dos professores, ela menciona a necessidade de uma maior atuação por parte da professora regente para adaptar as atividades necessárias da criança com deficiência e acrescenta que

“esses últimos anos nós sentimos um pouco mais de dificuldade porque a professora não estava preparada, foi um pouco assustador assim”.

### **Considerações finais**

Tomando como referência os relatos das entrevistadas, é possível concluir que uma escola inclusiva é aquela em que não é preciso falar em inclusão, assim como a terceira entrevistada apresenta, ou seja, de que só é incluído quem está excluído. Disso, conclui-se que incluir é não precisar falar em inclusão. Para que um aluno seja incluído em sala de aula, é preciso que toda a equipe o enxergue como alguém capaz e como protagonista do seu aprendizado escolar. Se existir um vínculo com a criança, é possível identificar a forma como ela aprende. Somado a isso, um bom diálogo com a família é proveitoso para o melhor desenvolvimento escolar dessa criança.

Mundim Neto (2017) em “A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?” revela o falseamento do discurso humanista; aquele que, segundo Estêvão Carlos (2013), revela a fé na democracia, nos direitos humanos e na justiça para integrá-los num conjunto ordenado. O conteúdo manifestado no presente estudo pode ser confirmado pela autora, uma vez que as escolas propagam ser inclusivas e as famílias acreditam nesse discurso humanista de direitos igualitários e justiça, que é falseado, Vê-se a efetivação de eventos nos quais vigoram possibilidades de naturalização de uma situação opressora, assim como também afirma Mundim Neto.

Cabe destacar que o cenário de inclusão nas escolas ainda enfrenta desafios, como a falta de estrutura adequada, a preparação insuficiente dos professores, a escassez de cursos e recursos específicos, a falta de integração entre escola e família, além da necessidade de vontade política e comprometimento. Para avançar nesse contexto, é fundamental investir em formação contínua, estrutura física acessível, bem como planejar o processo de escolarização não excludente, que valorize as

potencialidades individuais de cada aluno. Dessa forma, com base nas entrevistas e no que foi apresentado ao longo deste estudo, é possível perceber que as escolas possuem um discurso inclusivo superficial e que receber essas crianças sem o verdadeiro preparo é uma forma de propagar a exclusão e prejudicar o desenvolvimento das crianças que são inseridas nesse contexto.

## Referências

CAVALCANTE, L. I. C.; Magalhães, C. M. C.; dos Reis, D. C. Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, v. 45, n. 1, p. 90-99, 2014.

COSTA, Doris. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Rev Pedagogia** 2006, Belo Horizonte.

DURAN, M. G.; PRADO, A. R. A. Acessibilidade nos estabelecimentos de ensino. In. III Seminário nacional de formação de gestores e educadores– Educação inclusiva: Direito à diversidade. **ENSAIOS PEDAGÓGICOS**. Brasília. Anais... Brasília: Ministério da Educação, 2006. v. 1, p. 137-142.

ESTÊVÃO, C.. Democracia, justiça e direitos humanos: ‘pontos cegos’ do discurso humanista na era dos mercados. **Revista a Portuguesa de Educação**, 2013, 26(2), pp. 179-203

GARCIA, Ana; ABREU, Waldir. Concepções inclusivas de Paulo Freire na educação de surdos. **V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** 17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA

ILLICH, I.. **Sociedade sem escolas**. Rio de Janeiro, Petrópolis, 1985.

LEONARDO N. S. T. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 12, p. 431-440, 2008.

MAZZARINO, Jane; RISSI, Simone. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 87-102, jan./mar. 2011.

Ministério da Saúde. Saúde da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia#:~:text=Pessoas%20com%20defici%C3%Aancia%20s%C3%A3o%20aqueles,condi%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20demais%20pessoas.> Acesso em: 20 maio. 2023.

Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2023.

Ministério da Educação. **Direito à Educação Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2023.

MUNDIM, J. D. F. A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos? 2019. 202 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NUERNBERG, A.. Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008.

OMOTE, S.. **A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. Formação de educadores: desafios e perspectivas.** São Paulo: UNESP, 2003.

ROCHA, A.. **O papel do professor na educação inclusiva.** Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez 2017.

ROGALSKI, S.. **Histórico do surgimento da educação especial.** Revista de educação ideau, Caxias do Sul, Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010.

TAVARES, L.; SANTOS, L.; FREITAS, M.. **A educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente.** Revista Brasileira de Educação Especial, 22, 527-542.

TUNES, E.. **O fio tenso que une a psicologia à educação.** Uniceub. Brasília, 2013.

VIEIRA, M.; ZOUAIN, D.. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.